



COMUNICAMOS AOS CLUBES NOSSOS FILIADOS, E DEMAIS INTERESSADOS:

- ÉPOCA 2020/2021
- RETOMA DA ATIVIDADE DESPORTIVA
- PONTO DA SITUAÇÃO

Através do presente Comunicado Oficial, e em face de vários pedidos de informações sobre o recomeço das competições que se encontram suspensas por imposição de decreto governamental, a Direção da AF Braga, vem esclarecer:

A decisão sobre o recomeço das provas suspensas é tomada pelo Governo, sendo que a AF Braga não tem, à data, qualquer informação adicional sobre o tema;

A AF Braga tem como objetivo retomar as competições suspensas, se tal for exequível;

A alteração de formato das provas é uma possibilidade que poderá ser implementada, mas depende do número de datas disponíveis, da potencial data de recomeço e o já anteriormente estipulado, através de comunicado oficial.

Sabemos como é difícil para todos gerir esta situação de incerteza e tentaremos dar-vos mais informações logo que disponíveis.

Mais esclarece a Direção da AF Braga que, juntamente com as restantes 21 Associações distritais e regionais, com a intervenção da Direção da Federação Portuguesa de Futebol, como nosso interlocutor, tem manifestado junto das autoridades governamentais competentes a sua preocupação quer com o presente, quer com o futuro do futebol português.

Nessa conformidade, junto anexamos comunicado emitido pelas 22 Associações Distritais e Regionais.

O Presidente da AF Braga

Manuel Machado

ASSOCIAÇÕES DISTRITAIS E REGIONAIS DE FUTEBOL

CONSULTA PÚBLICA

PLANO DE RECUPERAÇÃO E RESILIÊNCIA

O Governo colocou em consulta pública o já esperado e desejado Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) com um valor de 13.900 milhões de Euros em subvenções, que vai permitir a realização de reformas estruturantes, centrado em três grandes áreas temáticas: reforço da resiliência económica, transição climática e digital, sendo considerado o instrumento fundamental para o desenvolvimento de Portugal na atual década.

Após a análise do documento as Associações Distritais e Regionais de Futebol (ADR's) aprovaram por unanimidade em reunião realizada em 20 de Fevereiro de 2021, o seguinte documento.

Atendendo que:

- a. Se tem verificado um grande empenhamento de todo o tecido desportivo nacional (Clubes Associações Distritais e Regionais de modalidade, Federações, COP, CPP, CDP e Autarquias Locais) na promoção da Atividade Física e principalmente do Desporto, com resultados excelentes ao longo de muitas épocas desportivas, que tem proporcionado um cada vez maior reconhecimento internacional do País;
- b. O setor do Desporto tem sofrido um enorme impacto com o aparecimento da pandemia Covid – 19, provocado pela falta de público e a paralisação da atividade dos escalões de formação, proveniente do deliberado em sucessivos Estados de Emergência, pelo Senhor Presidente da República e a sua regulamentação pelo Governo, com a agravante de não ter existido até ao momento qualquer apoio governamental;
- c. Em relação à prática desportiva regular estão associados um conjunto muito vasto e variado de outros setores importantes da economia portuguesa, que, por esta via, também estarão a ser penalizados;
- d. Os graves efeitos da pandemia já estão a provocar um deficiente rendimento desportivo generalizado dos cerca de 600.000 atletas federados inscritos na época anterior, com exceção dos atletas olímpicos e profissionais, tendo em conta a longa paragem das respetivas competições (2 épocas);
- e. As várias organizações internacionais, das quais destacamos o Parlamento Europeu, que recentemente aprovou uma Resolução (B9 – 0115/2021, de 4 de fevereiro), em que recomendam aos Estados a inclusão nos seus planos de recuperação pós Covid-19 a promoção do Desporto, como forma de melhorar as políticas públicas de intervenção na população;
- f. A prática desportiva regular é essencial para a saúde dos cidadãos, pelo que é uma estratégia transversal a várias áreas, que não podemos desprezar em tempos como os que vivemos, sendo válido, tanto para o desporto sénior, como para o desporto praticado pelos escalões de formação, como um garante da defesa da Saúde Pública;
- g. De uma forma inesperada, ao não se verificar a presença do Desporto no PRR, estamos a comprometer a evolução desportiva de milhares de praticantes, que aspiram chegar ao topo da pirâmide desportiva, e que se irá refletir na qualidade e competitividade das nossas Seleções Nacionais e dos melhores clubes em competição, ou seja, vamos comprometer o desígnio nacional que a todos nos uniu de uma forma gratificante, nos últimos anos;

- h. No documento *“Estratégia Portugal 2030”* é indicado que o incentivo da prática da atividade física através do fomento do Desporto e da formação desportiva em todo o ciclo de vida, é uma estratégia prioritária intersetorial, para promover a Saúde dos cidadãos, a par da minimização dos fatores de risco, da alimentação saudável e da educação;
- i. O documento também não valoriza a disciplina de Educação Física ao nível da Escolaridade Obrigatória e do Desporto Escolar;
- j. Em Portugal (2019), existiam cerca de 2,2 milhões de pobres, registando-se nas crianças o elo mais fraco com o valor de 22,3%, com maior impacto na faixa etária dos 12-17 anos, que é precisamente aquela que tem sido impedida de praticar Desporto, sendo, por isso, fundamental e urgente a implementação de estratégias transversais onde se insere o Desporto.

As Associações Distritais e Regionais de Futebol não compreendem o critério aprovado e, por esta via, manifestam o seu descontentamento, já que, nos causa estranheza o facto do Desporto não se encontrar contemplado em tão importante documento, que é considerado uma estratégia fundamental para o desenvolvimento de Portugal, durante a atual década.

Esta nossa posição baseia-se no facto de, na realidade, esta decisão colocar em causa, de uma forma decisiva, a sobrevivência da já debilitada atividade de muitas centenas de Clubes de Futebol no futuro e, assim, assistirmos ao progressivo colapsar do tecido associativo desportivo do nosso País, com todas as consequências dramáticas, que tal implicará em termos de coesão territorial da nossa sociedade.

É que os Clubes filiados nas Associações Distritais e Regionais de Futebol são os responsáveis pela realização de milhares de jogos semanais, movimentando várias dezenas de milhar de cidadãos, que proporcionam uma atividade semanal ao longo do ano, sendo considerado um setor de atividade económica com grande capacidade de atrair investimento e uma boa fonte de receita fiscal para o Estado.

Assim, tendo em conta o referido anteriormente, as Associações Distritais e Regionais de Futebol solicitam ao Governo, que seja tomado em consideração toda esta situação, já que a prática das competições distritais, assumem um papel de relevo no desenvolvimento desportivo, mas também social e económico das regiões.

A este propósito não podemos deixar de aproveitar este espaço, para referir que, com a não inclusão do Desporto no PRR, perde-se uma última excelente oportunidade para:

1. Efetuar a Reabilitação e Modernização das instalações desportivas existentes nos Clubes, Associações Distritais e Regionais de modalidade, Federações e Centros de Alto Rendimento;
2. Elaborar um Plano de Infraestruturas Desportivas inovador mas adequado à atual realidade das necessidades da população;
3. Elaborar um Plano de Revitalização Financeira dos Clubes, ADR's e Federações, onde se incluirá a formação de agentes desportivos.

No entanto, é nosso entendimento, que, caso não seja possível efetuar, presentemente, qualquer alteração ao PRR e, tendo em consideração toda a fundamentação apresentada anteriormente, apelamos à consideração do Governo, para que a prática desportiva dos escalões de formação e dos Seniores, possa vir ainda a ser enquadrado em parte, no âmbito de alguma das dimensões apresentadas, como é o exemplo da Transição Digital com os programas de formação de jovens e de adultos aprovados.

Para terminar, informamos que nos colocamos à disposição, para dar todos os contributos necessários que se julguem oportunos, de modo a contribuir para a saída de Portugal da atual crise, o mais rápido possível.

20.02.2021

Este documento vai ser enviado ao:

- Presidente da Federação Portuguesa de Futebol, Dr. Fernando Gomes.
- Secretário de Estado da Juventude e Desporto, Dr. João Paulo Rebelo.
- Secretário de Estado do Planeamento, Eng. Ricardo Pinheiro.